

# O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO BAIANO

## INTERNATIONAL COMMERCE AND THE DEVELOPMENT OF BAHIA

Aline Fonseca Gomes<sup>1</sup>  
Antonio Samuel Souza Teixeira<sup>2</sup>  
Rafaela Oliveira Ludolf da Silva<sup>3</sup>

Este artigo pretende demonstrar a importância do comércio internacional para o desenvolvimento regional, para isso se fez uma revisão bibliográfica e o levantamento de dados sobre a relação do Brasil, de modo geral, e da Bahia, de modo específico, com o comércio internacional, principalmente no que se refere ao desenvolvimento urbano-regional do Estado. De maneira breve o artigo traz conceitos de globalização, economia e desenvolvimento regional a fim de relacioná-los com o Comércio Internacional, que se mostra ao longo do trabalho uma ferramenta para o desenvolvimento urbano-regional, especialmente da Bahia. E finalmente, conclui-se com demonstrações da relação da Bahia com a internacionalidade no século XXI.

**Palavras-Chave:** Comércio Internacional. Desenvolvimento Regional. Economia.

This article aims to demonstrate the importance of international trade to regional development through literature reviews and data collection on the relationship of Brazil in general, and of Bahia in particular with international trade, especially with regard to the State's urban and regional development. This article presents concepts of globalization, economy and regional development in order to relate them to international trade, which proved to be an urban and regional development tool in Bahia. We conclude by showing the relation between Bahia and internationality in the XXI century.

**Keywords:** International Trade. Regional Development. Economy.

### INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, nota-se que conceitos de globalização, interdependência e extinção de fronteiras são cada vez mais constantes no dia-a-dia das sociedades, pois os aspectos internacional e nacional estão mais próximos a cada momento, e o que no século passado poderia soar receoso e um pouco amedrontador, hoje, para as novas gerações, é aceito e por vezes visto como única alternativa possível para o desenvolvimento. Nesse sentido, a globalização se coloca como uma grande ferramenta de integração e conexão.

Obviamente, como em todo fenômeno transnacional (interações regulares por meio de fronteiras nacionais), também existem consequências negativas na globalização, mas deve-se ressaltar que a adesão a este fenômeno trouxe e traz vantagens incomparáveis. Considerando que a globalização é um fenômeno de escala mundial que envolve redes de

interdependência e distâncias multicontinentais, ligadas por fluxos e influência de capital e bens, informações, pessoas e forças, pode-se afirmar que o setor econômico, ou seja, o sistema financeiro internacional é o retrato fiel de um sistema perfeitamente globalizado.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o comércio internacional tal como está concebido no século XXI – somado à globalização – e como pode ser um fator de desenvolvimento não só econômico, mas também social e urbano. Assim, buscou-se compreender qual a relação do comércio internacional com o desenvolvimento urbano-regional. Para responder a tal problemática, foram analisados conceitos introdutórios no âmbito da Economia Regional, a fim de dar luz ao entendimento do trabalho. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi desenvolvida pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, a fim de focar aspectos da Bahia e o comércio internacional nos dias de hoje.

Assim, por hipótese acredita-se que o

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana –UEFS, Analista Universitária, Avenida Transnordestina, s/n, Br 116, Campus <sup>2</sup>Universitário, Feira de Santana – Bahia, 75 8183-2884, alinefonsecagomes@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade do Minho – UM, Doutorando, Campus de Gualtar, Rua da Universidade Braga – Portugal, 00351911546353, antonisamuel@gmail.com

Universidade Salvador – UNIFACS, Pesquisadora, Rua Dr. José Peroba, STIP, Salvador – Bahia, 71 9197-9066, rafalaludolf@gmail.com

comércio internacional tem um papel preponderante no desenvolvimento econômico e social da nação, especialmente quando se faz referência a um melhor padrão de vida da população, e não simplesmente ao crescimento das indústrias de forma desatrelada dos fenômenos sociais. É de suma importância considerar os fenômenos e progressos sociais (crescimento da renda per capita da população, por exemplo) decorrentes do avanço eminente do comércio internacional, pois um de seus efeitos é o melhor nível de vida da população por conta da realocação dos recursos produtivos que reduzem custos e, por conseguinte, ampliam o poder aquisitivo dos consumidores.

## DESENVOLVIMENTO

### Comércio Internacional e Globalização

A noção de comércio internacional foi modificada drasticamente na segunda metade do século XX, substituindo o simples intercâmbio de mercadorias por políticas regulatórias que sujeitaram o regime internacional de trocas a soluções convenientes à confrontação EUA-URSS. Algumas dessas soluções se baseavam em concessões de benefícios às nações com menor poder político, em troca de apoio ideológico. Enquanto pregavam a liberalização, os países industrializados criaram uma rede de organismos de regulamentação e de estruturas disciplinadoras para o comércio entre as nações.

Frente à atual situação mundial, em que o mercado encontra-se cada vez mais integrado e os adventos da globalização influenciam desde os processos políticos e econômicos até os socioculturais, manter-se de “portas fechadas” para este fenômeno seria garantir o insucesso de uma economia. E essa concepção de interdependência e conectividade proporcionadas pela realidade globalizada no mundo é ampliada e devidamente descrita por Ianni (1998), quando trata da globalização mundial, detalhando que os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades.

Assim, revela-se que a importância de estar integrado ao comércio internacional é freqüentemente percebida quando observamos países como a China comunista ou o Vietnã iniciando, nos anos recentes, todo um processo de abertura ao capital internacional e busca dos mercados mundiais de bens, serviços e tecnologia.

O comércio internacional é visto, cada vez mais, como uma forma de alargamento das estreitas fronteiras nacionais e como um poderoso mecanismo de elevação da produtividade dos recursos produtivos de promoção do crescimento econômico e de avanço na esfera social (GALVÃO; VERGOLINO, 2004. p. 28).

O comércio internacional teve sua expansão auto-sustentada pelos aumentos da produção e produtividade agrícolas e industriais, especialização e divisão do trabalho e vantagens comparativas de troca. A globalização não é localizada e por isso não deve ser avaliada como evento único e exclusivo do capital, e nesta dinâmica mescla-se singularidades, particularidades e universalidades, em que o global e o local afetam-se mutuamente em diferentes intensidades, alcançando todas as esferas da sociedade – política, econômica, militar, cultural e social.

Não se pode deixar de citar que assim como o próprio Ianni (1998), diversos estudiosos tem uma percepção “maquiavélica” da globalização, sugerindo de modo implícito o receio antes mencionado e a mistificação do processo global ao tratar do assunto como se este fosse a “expressão do mal” na sociedade moderna; e os termos globalização e capitalismo fossem sinônimos.

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e idéias, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação. (IANNI, 1999, p.11).

Ainda sobre a globalização, é relevante trazer a concepção trabalhada de modo ostensivo no livro de Hirst e Thompson (1998) que diz que a ideologia da 'globalização' funciona como uma conveniente cortina de fumaça, pois ao se 'culpar' a globalização, acaba-se por isentar os governos da responsabilidade por tudo de negativo que acontece, transferindo-a para âmbito das forças

transnacionais, onde o Estado é vítima dos processos avassaladores da globalização.

A dinâmica mundial assume novas características e há uma mudança importante na competição mundial por investimentos. Com isso, o comércio internacional tornou-se uma fonte importante de receitas fiscais e elemento de compensação em situações de crise, em períodos de recessão e combate à inflação. A interação e a vinculação das políticas nacionais ao comércio mundial levaram - e ainda levam - a reformulações nos processos de desenvolvimento econômico, político e social dos países, o que não fica restrito apenas ao âmbito nacional, mas altera as relações entre países e continentes.

As demandas internacionais da atualidade correspondem à outra realidade e o sucesso da economia nacional e de suas regiões está dependendo cada vez mais de ações estratégicas integradas, onde as pessoas – no papel de empresas, organizações, sindicatos, associações e governo – ganham maior notoriedade, pois serão elas que produzirão as novas vantagens competitivas neste cenário.

Percebendo a crescente necessidade de fazer parte do mercado internacional, o Brasil passou a reestruturar sua política e adquirir invejada notoriedade no cenário do comércio internacional. Fazendo parte de uma das economias promissoras do século XXI, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o país precisa apenas “arrumar a casa”, para que o futuro seja o crescimento e desenvolvimento da nação, ao invés de reprimarização da economia e o retorno à condição de colônia, como será melhor trabalhado nos tópicos seguintes.

## **Comércio Internacional e Desenvolvimento**

Com a finalidade de esclarecer a definição de economia regional e região, optou-se por evidenciar elementos de cunho sociológico, como a contradição entre as classes sociais e os interesses que estão em evidência; os aspectos de totalidade e de unidade, fragmentação, segmentação e integração, que não deixam de fazer parte do complexo conceitual e ideológico que abriga o termo. A economia regional é definida por Dubey como:

o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos

investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias. (DUBEY apud FERREIRA, 1989, p. 48)

É perceptível que a lógica da análise regional percebe os fenômenos históricos e sociais e que verifica a importância de solucionar problemas “naturalmente” postos ao longo da história, como é o caso da distribuição desigual dos recursos naturais. Ao perceber a defasagem e a obsolescência da análise ao longo dos anos, fez-se necessário identificar o equilíbrio e o crescimento na teoria econômica, o que Pedrão (1999) faz, apontando a necessidade de estabelecer o ambiente social e econômico para evitar o problema supracitado.

Na dimensão regional, equilíbrio e transformação são conceitos interdependentes, não isolados, que correspondem à estabilização de espaços organizados e tendências de transformação de espaços. Para trabalhar com a dimensão regional, é preciso previamente estabelecer em qual ambiente social e econômico ela se coloca historicamente, isto é, em quais condições históricas específicas se colocam o equilíbrio e a transformação. (PEDRÃO, 1999, p.6).

Nesse sentido, é de extrema relevância observar o conceito de região apontado por Isard (apud FERREIRA, 1989, p. 49) que afirma ser a região um conceito abstrato ou uma realidade concreta e que “o conceito de região, a escolha de um conjunto de regiões, de seus limites, de sua estrutura interna e hierarquização etc., dependem do problema particular a ser examinado” ajudando, assim, a reafirmar a abordagem já apresentada de dar vazão aos fenômenos sociais nos processos de análise regional a fim de mitigar os problemas nessa esfera, uma vez que esta análise pode e deve ser um mecanismo positivo no desenvolvimento regional, colaborando, especialmente, com a sociedade, para depois pensar o capital privado (as empresas). Para tal, Bourdieu (2007) explica que:

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 2007, p. 108)

Assim, destaca-se que também Heidrich (1999) compreende a região, e especificamente o regionalismo, como a contradição entre as classes sociais e os interesses que estão em evidência, como os aspectos de totalidade e de unidade, fragmentação e segmentação, integração, entre outros, marcando os processos de crescimento.

Então, Furtado (1971) esclarece que

O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico. (FURTADO, 1971, p. 52)

Vale ressaltar que, ainda sobre o regionalismo e, em especial, sobre a contradição entre as classes sociais e os interesses que estão em evidência, Giddens (1994, p. 310) afirma que “para Durkheim, a estrutura social da sociedade moderna acentua a oposição entre o egoísmo individual e as exigências morais que o *facto* de ser membro de uma coletividade impõe ao indivíduo”. Portanto, os próprios interesses da sociedade, enquanto elementos do coletivo e dos interesses individuais de um determinado grupo, podem contribuir para as diferenças sociais contemplando, inclusive, todos esses aspectos supracitados.

Nesse sentido, Furtado (1971) afirma que

uma vez instalada a indústria, seu processo de expansão seguiu sempre as mesmas linhas: gastos monetários na importação de equipamentos, de alguns materiais de construção e de mão-de-obra escrava (FURTADO 1971, p. 47).

Assim, nota-se que os interesses dos grupos dominantes geram conseqüências para toda a sociedade, incluindo as manifestações sociais e as lutas por representações a fim de “manipular as imagens mentais” no que se refere à definição do que é o regional. Afinal, de acordo com Bourdieu (2007, p. 113), “[...] a ciência deve primeiro romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real”.

Em relação à fragmentação e segmentação, nota-se que se trata de elementos opostos, mas

complementares, os quais, respectivamente, correspondem a movimentos de junção e de separação com algum critério próprio. E em relação à integração, destaca-se que a mesma pode influenciar o desenvolvimento das regiões, afinal, tal processo de desenvolvimento é criado a partir de um embasamento social, econômico, político e histórico.

Para Souza (1995, p. 105), o desenvolvimento de uma região é extremamente complexo e a autonomia constitui “[...] a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade”. Mas foi apenas com as teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores aglomerados, que começaram a florescer em 1950, que perceberam as externalidades pautadas nas considerações marshallianas e keynesianas, fazendo-se nesse período referências a Perroux – que evidenciou em seu trabalho os pólos de crescimento como instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, fenômeno tal que nem sempre funcionou por conta da “não-percepção” da importância da sociedade neste processo.

Baseando-se em Marshall, Cavalcante (s/d) considera que externalidades das teorias de desenvolvimento regional são: a possibilidade de viabilização de fornecedores diante do mercado local, as vantagens da oferta de mão-de-obra e a troca de informações entre as empresas. Daí a tendência das empresas se instalarem em uma mesma localidade, estabelecendo relações que são mediadas pelo próprio mercado, favorecendo os processos de desenvolvimento regional e, por conseguinte, influenciando a economia de uma determinada região à adaptação aos modelos exportadores que são balizados em mercados internacionais.

Uma melhora das oportunidades de inversão depende, seja de um impulso dinâmico originado de fora, seja de modificações estruturais que permitam crescer apoiando-se na própria procura interna. No primeiro caso, o elemento dinâmico do desenvolvimento são as exportações; no segundo, é a industrialização. (ALENCAR JUNIOR, 2005, p. 58).

E é nesta colocação do Alencar Júnior que se percebe toda a lógica deste trabalho, quando se aponta o comércio internacional – neste caso representado pelas exportações – como um mecanismo de desenvolvimento regional. Ou seja,

mesmo que o desenvolvimento regional possa ser compreendido como um processo que envolve um conjunto de regiões, de seus limites, de sua estrutura interna e hierarquização, entre outros fatores que focalizam elementos de crescimento, é possível perceber como instrumentos baseados em economias regionais estão intimamente interligados às economias internacionais, pois é perceptível no estudo da economia regional a influência desse mercado internacional e das relações políticas, econômicas e sociais na estruturação das políticas de promoção do crescimento e do desenvolvimento. Como exemplo, pode-se citar a “tão sonhada” e propagada, nos últimos anos, “Política de Atração de Investimentos”.

### **Comércio Internacional na Formação Urbano-Regional do Brasil**

Desde sua descoberta, a estrutura urbano-regional do Brasil é reflexo da disposição dos produtos/mercadorias para o comércio internacional (exportação). Obviamente, fruto da relação capital mercantil, expansão marítima e novas colônias, o Brasil surge como um projeto para exportação de bens e geração de lucros para a metrópole portuguesa. Ou seja, um projeto internacional para o comércio, “o retrato da criação de uma nação para atender os interesses alheios, o subproduto de um empreendimento colonial cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café, mas, sobretudo, gerar lucros exportáveis”. (RIBEIRO, 1993, p.19)

O comércio exterior passou a ser um dos fatores essenciais ao equilíbrio econômico brasileiro à medida que se encerrava o período de substituição de importações, seguido pela abertura econômica do país. A globalização e a abertura da economia brasileira causaram impacto nos negócios domésticos, no ambiente competitivo das empresas e na vida social do país. A intensificação do comércio exterior brasileiro acompanha a necessidade na melhoria das opções de escoamento de produção. Investimentos para a melhoria dos portos e rodovias são essenciais para aumento da competitividade, além de geração de empregos e divisas para o país.

Na literatura de relações internacionais, a análise e avaliação dos impactos de variáveis internacionais em processos locais e, de maneira inversa, o papel da política local na determinação de posicionamentos internacionais é chamada de “teoria das imagens invertidas” (MIDFORD, 1993). De acordo com esse modelo, as coalizões sociais se formam frente às diferentes possibilidades de exposição ao comércio internacional, de acordo com

a distribuição dos fatores de produção tradicionais (capital, terra e trabalho) em uma dada sociedade.

A expansão do comércio exterior brasileiro desencadeou o crescimento e a sofisticação de serviços financeiros, das bolsas e dos mercados especializados, inexistentes no Brasil há três décadas. Diversos pólos de produção permitiram o aumento das exportações, apesar de continuarem a prevalecer contingências que corroboram desequilíbrios conjunturais, mas não invalidam as vantagens provenientes do comércio exterior em expansão e a Bahia pode ser um exemplo disso.

A região Nordeste se configurou com base em características específicas que espelhavam todo o sistema internacional da época; desde a união da produção agrícola à produção da cana com uma estrutura de sua transformação em um novo produto, o açúcar; a persistente exigência de mobilizar e concentrar vultosos capitais; uma poderosa rede internacional de distribuição comercial; a grande concentração da terra e concentração de renda; até a existência de formas violentas de submissão da mão-de-obra (a escravidão) (ANDRADE, 1998).

A relação do comércio internacional com a formação do estado baiano, bem como de sua economia é simbiótico. A Bahia é desde a sua colonização voltada para o comércio externo. A fim de suprir as demandas da metrópole e do comércio europeu, formou-se aqui uma economia de exportação, mercantil, agrária e escravista, enquanto se consumia os produtos manufaturados. E assim foi por mais de três séculos.

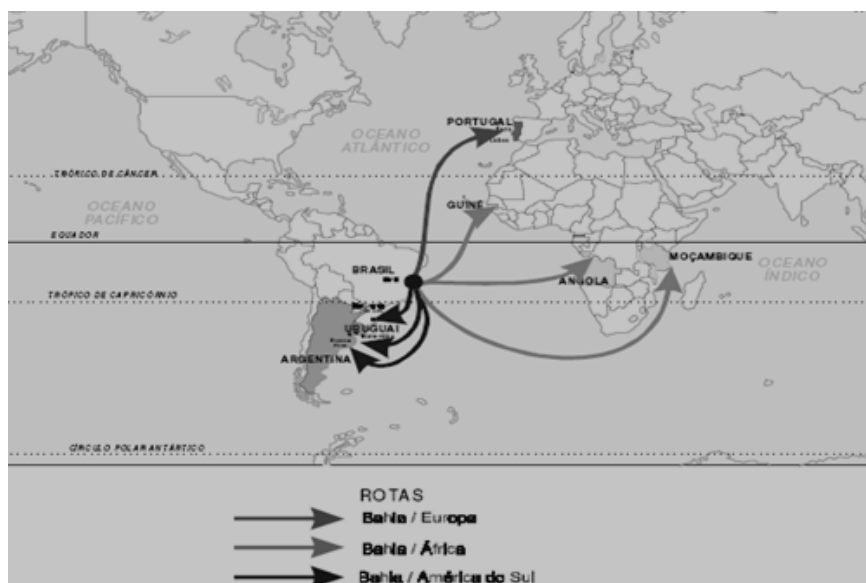
Embora abarque uma série de ciclos econômicos, a história da Bahia é permeada por um sustentáculo que afeta até hoje a lógica social do estado: a escravidão, que além de mão-de-obra “gratuita”, era um importante mercado de lucros incomensuráveis. Juntamente com o ciclo do açúcar, a Bahia produzia algodão, fumo e outros produtos importantes, mas apropriados em menor escala, que ajudaram na promoção do desenvolvimento de outras regiões baianas. A produção de algodão, por exemplo, teve seu auge no século 19, período em que a Inglaterra passou a comprar matéria-prima do Brasil. A produção de fumo se manteve de estável a crescente, com uma produção que não era direcionada ao mercado europeu, mas sim ao africano, desenvolvendo as “regiões tabuleiros” (Cruz das Almas e Cachoeira, por exemplo) que produziam e ainda produzem fumo que, a partir do século XVIII, melhorou muito em qualidade na tentativa de atingir o mercado europeu.

O acompanhamento do processo histórico de evolução da economia baiana e, junto com ela, do

processo de desenvolvimento urbano da região serve apenas para corroborar a idéia por vezes apresentada de que a atual configuração baiana é fruto do comércio internacional. E que aproveitado de modo positivo ou não, é o comércio internacional o grande propulsor do desenvolvimento baiano. Todo o comércio da região foi, ao longo da história, desenvolvido para responder demandas internacionais. Ainda no século XVIII, os movimentos no porto de Salvador tinham como atividade central a exportação para Europa, África, Rio Grande do Sul e portos do Prata (ver figura 1):

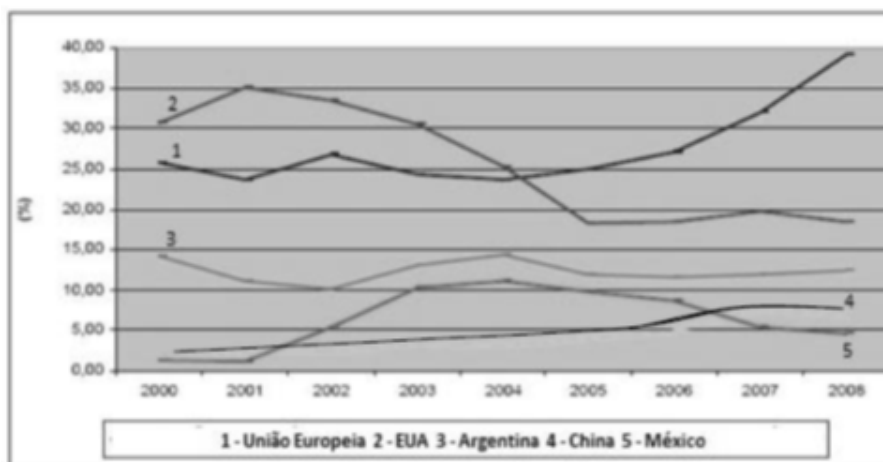
No comércio exterior, houve modificações dos principais parceiros, tanto nas exportações quanto nas importações, gerando a diversificação de pauta e menos dependência de um mercado único, pois de acordo com dados divulgados pelo Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO), nos últimos anos o país que mais possuía relações de exportações com o estado era os Estados Unidos - em declínio - sendo superado pela União Européia desde 2004 (ver Figura 2).

**Figura 1.** Mapa do Comércio de Exportação da Bahia – Século XVIII



Fonte: TAVARES (1947).

**Figura 2.** A evolução da participação dos principais mercados de exportação da Bahia – 2000/2008



Fonte:MDIC/SECEX

Nota-se que o entrave do desenvolvimento econômico da Bahia é fruto de problemas como o das principais plantas industriais estarem indolentes e de que o superávit da balança comercial é usado para financiar ou pagar a conta no curto prazo de políticas desastrosas de atração industrial. O modelo baseado no comércio internacional sofre e sofreu duros golpes sucessivos das variações bruscas do câmbio (a exemplo das máxidesvalorizações de fevereiro de 1999 e do último trimestre de 2008), que impactam no comércio internacional baiano e tem alterado sua estrutura de forma mais acentuada que na grande maioria dos Estados do Brasil. Vale ressaltar que a evolução da participação dos principais mercados de importação da Bahia sequer é eficientemente divulgada.

Há um dado a ser incrementado sobre outro problema vivido pela Bahia na lógica do comércio internacional, que é o aumento da quantidade e a redução dos preços, reproduzindo a clássica relação centro-periferia de exportação de produtos de baixo valor agregado e importação de produtos manufaturados numa depreciação dos termos de troca. Além da vulnerabilidade do câmbio, o modelo exportador está centrado em commodities industriais, seguido de perto por commodities agrícolas e exportação bruta de minerais.

Apenas no ano 2000 começa-se a se observar mudanças na estrutura produtiva do estado da Bahia oriundas da austera política macroeconômica colocada em prática pelo Governo Federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações e buscando uma meta inflacionária extremamente baixa, como apontou Pessoti (2008).

## CONCLUSÃO

No contexto atual, existe uma constante busca pela potencialização das capacidades adicionais de produção e das competências comerciais, tecnológicas, financeiras e de inovação. Como aponta Harvey (2005), no mundo da sociedade da informação, do pós-modernismo ou pós-fordismo, assumem vital importância as tecnologias da informação e comunicação, a ação “glocal” (global local), de valor e co-produção do valor (economia do conteúdo), descentralização, desintegração vertical e nitidamente *outsourcing* (terceirização do emprego em serviços com revolução técnica desempregadora), ou seja, assumem vital importância as transformações da sociedade internacional, em geral.

O mercado internacional é altamente

integrado e, por esse motivo, os Estados tendem a estar preocupados em potencializar, minimamente, os requisitos básicos para a melhor inserção nessa “selva”, que vão desde as capacidades adicionais de produção até as competências comerciais, tecnológicas, financeiras e de inovação. Dentro da lógica internacional da economia, pode-se dizer que há uma passagem das vantagens comparativas para as vantagens competitivas que atuam nas instâncias empresarial (firma), estrutural (região) e sistêmica (macroeconômica), buscando aliar aprendizado e análise num contexto de concorrência potencial, efetiva, emergência de novos produtos e serviços, poder do comprador e do fornecedor, liderança em custos, diferenciais da concepção à produção e comercialização em aglomerados, como sugere Porter (2001).

Nesse sentido, a relação do comércio internacional com o desenvolvimento urbano-regional foi, de fato, elemento constitutivo da Bahia, apesar de no início ter sido meramente exploratório pelos colonizadores, mas foi a partir dele que se formou e se estabeleceu o que hoje é conhecido por Bahia, e de modo mais amplo por Brasil em termos de estrutura econômica, social, política e cultural. A falta de organização ainda não permitiu ao país e à região em questão abraçar todas as potencialidades geradas pelo comércio internacional. A Bahia ficou um pouco como espectadora, pode-se dizer, até mesmo vítima desse processo. E portanto, a relação ainda não está potencializada ao máximo de forma a promover uma relação satisfatória com o comércio internacional.

É importante esclarecer que a commoditização ocorre, não por conta de a Bahia estar pouco inserida no comércio internacional, ou ser pouco dependente dele, mas sim por que além de uma pauta de exportação, que consiste basicamente em commodities primários e primário-industrializados, a maior parte da população é pobre e vive de transferência de renda, ou seja, quase metade das famílias baianas dependem de programas sociais do governo, como o Bolsa Família, provando que é uma região carente de autonomia na sua manutenção.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de (org.). **Celso furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no

Nordeste. 6.ed. Recife: Universitária UFPE, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em Economia Regional**: uma proposta de sistematização. Salvador: UFBA (NPGA), s/d.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional**: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GALVÃO, O. J. A.; VERGOLINO, J. R. O. O comércio e a inserção competitiva do nordeste no exterior e no Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Weber e Durkheim. Lisboa: Presença, 1994.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista no espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 25, 1999, p. 63-75.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **As ciências sociais na época da Globalização**. Scielo - Revista brasileira de Ciência e Sociologia [online]. Vol.13, n.37, São Paulo: 1998. p. 33-41.

\_\_\_\_\_. **Globalização: Novo paradigma das ciências sociais**. Scielo – Estudos Avançados [online]. Vol.8, n.21, São Paulo: 1994. p. 147-163.

MIDFORD P., **International and domestic politics**. International Organization. Cambridge, The MIT press, v 47, n4. 1993

PEDRÃO, Fernando. **A dimensão regional da sociedade econômica**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico/UNIFACS. ano I, n. 2, Salvador: P&A, 1999.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um Estudo da Política Industrial da Bahia no Período 1950-2005**. Ano de Obtenção: 2008. Dissertação Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil. Orientador: Fernando Cardoso Pedrão.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

RIBEIRO, Darcy. Os Brasileiros: Livro I – Teoria do Brasil. 12 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, et alii (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.